

# ESCOLA REGIONAL DE MERITI: PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE E O CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO (1921-1959)

Prof. Me. Vinicius Kapicius Plessim (1); Jonathan Machado Domingues (2)

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro; [vinikapicius@yahoo.com.br](mailto:vinikapicius@yahoo.com.br) (1); Universidade do Estado do Rio de Janeiro; [jonathandomingues18@gmail.com](mailto:jonathandomingues18@gmail.com); Bolsista UERJ.)

**Resumo:** O estudo tem como objetivo apresentar a trajetória da história da profissão docente a partir da Escola Regional de Meriti, escola está dirigida por Armanda Álvaro Alberto e classificada na historiografia da educação brasileira como escolanovista. No intuito de se estudar a profissionalização docente tenciona analisar a importância do professor na construção do projeto escolar, identificando seus saberes e ofícios ensinados no espaço escolar. Para além do escolanovismo, busca-se ainda entrecruzar a história da instituição escolar visando compreender a reorganização do campo educacional brasileiro. Como recorte temporal o trabalho compreende o período de 1921 ano de fundação da *Escola Proletária de Meriti* na Baixada Fluminense até 1959 dado a importância deste ano para a educação brasileira por meio da formação do manifesto do 'Mais uma Vez Convocados'. O artigo justifica-se pela sua inserção no campo da história da profissão docente na Baixada Fluminense, área está ainda pouco explorada na pesquisa acadêmica. Neste sentido, procuramos dialogar com a história local e a historiografia da educação brasileira, no sentido de corroborar novas produções no campo. A inexistência de trabalhos que abordam os docentes da escola, nos levam a responder as inquietações problematizadas na pesquisa.

**Palavras-chave:** História da Profissão Docente, Escola Regional de Meriti, Escolanovismo

## Introdução

O presente estudo tenciona apresentar uma análise sobre a Escola Regional de Meriti, por intermédio da trajetória da história da profissão docente, buscando compreender a origem deste processo e as lutas pela profissionalização da categoria.

O artigo buscou como recorte temporal os anos de 1921 sendo este responsável pela criação da Escola Proletária de Meriti na região da Baixada Fluminense, até o ano de 1959, ano de extrema importância na história da educação brasileira devido a formação do manifesto do Mais uma Vez Convocados.

O ensaio a seguir se justifica no intuito de entrecruzar a história da instituição escolar na Baixada Fluminense conjuntamente com a história da educação brasileira, tendo em vista a importância da escola para os estudos em educação. O artigo busca

apresentar a escola para além dos debates escolanovistas, mas sim construindo um diálogo entre a profissão docente e sua gênese com a reorganização do campo educacional brasileiro.

O convite feito pelo irmão de Armanda para conhecer a fábrica de explosivos em Meriti, cuja mesma se depara com a contrastante situação econômica e social da região, onde investimentos públicos na área escolar inexistiam, leva a docente a fundar em 1921 a Escola Proletária de Meriti com objetivo de atender os filhos de operários daquela região dando continuidade ao processo educativo que era então desenvolvido em Angra. (SILVA, 2008, p. 23)

Os fatos mencionados anteriormente culminaram na formação da Escola Proletária de Meriti, escola esta que tinha seu nome inicial apenas provisório intencionalmente passando a se chamar Escola Regional de Meriti no ano de 1924.

Nota-se desde o primeiro momento a intenção de formar uma escola que atendesse a todos, onde “A escola era particular, gratuita e sem fins lucrativos”. (MIGNOT, 2002, p. 171).

No primeiro ano de formação da escola, Armanda criou em seu espaço escolar o Museu regional e ainda a Biblioteca Euclides da Cunha que objetivavam buscar acrescentar em seu interior objetos da região com o intuito de apresentar para as crianças o meio a qual viviam. Nota-se uma defesa da docente Armanda em apresentar para suas crianças um ambiente vivo e dinâmico no espaço escolar, enfeitando o mesmo com flores e ainda criando um calendário escolar florido. (SANTOS, 2008, p.156)

No segundo ano de sua atividade, Armanda estabeleceu a Caixa Escolar Doutor Álvaro Alberto no intuito de buscar fundos para a instituição. O projeto de Armanda enfrentou dificuldades quanto aos pais dos alunos, pois era comum em seus primeiros anos de funcionamento a saída de discentes, tendo em vista a necessidade do aluno de ir trabalhar cedo para buscar fundos para sua família, ou ainda devido a doenças na região como o paludismo (SILVA, 2008, p. 60)

Armanda começa a promover concursos como o de janelas floridas e de criações vinculados a sua instituição escolar em 1923. O primeiro formado foi o Concurso de Janelas floridas sendo destinadas as meninas visando o incentivo ao trabalho e o embelezamento da cidade de Meriti sendo também promovido no mesmo ano o concurso de utilidades destino aos meninos buscando incentivar os trabalhos de carpintaria. (SILVA. 2008, p.68)

A docente Armanda estabelece no ano de 1925 a criação do círculo de mães, que visava não somente conscientizar as famílias de seu papel educativo, mas aproveitar o momento para passar noções de higiene aos familiares presentes.

A professora Armanda tinha o costume de buscar florir o ambiente, criando jardins, cujo cultivo das plantas na visão de educadora era visto de modo igual ao cuidado para com as crianças, visto que a educadora ainda tinha o costume de elaborar um calendário florido no espaço interno da escola, buscando formar um ambiente vivo e dinâmico no interior da escola.

No interior da escola, cada aluno tinha uma função a exercer, com o intuito de criar nele e nos demais alunos um espírito dinâmico, tendo inclusive aulas de trabalhos manuais formando uma educação moral pelo trabalho e um ensino integral para os alunos, chamando o corpo discente da escola para uma vida em comunidade.

A escola Regional de Meriti no seu contexto de formação acabou vinculando sua proposta educacional ao movimento sanitarista promovido na Baixada Fluminense pelo doutor Belisário Penna.

### **A História da Profissão Docente: Práticas e Percursos**

A partir da história da profissão docente se constata a formação de uma cultura e uma identidade a partir do ofício exercido pelo professor na escola. A dimensão cultural reproduzida por cada indivíduo no seu processo de aprendizagem perpetua-se diante da complexidade social, uma vez que, a sociedade é um sistema de memória. A cultura docente é um processo contínuo de construção e ainda reconstrução, frente aos mecanismos políticos, sociais e pedagógicos empregados pelo docente na escola.

A educação é um projeto de transmissão cultural, onde o desenvolvimento do modelo escolar constitui um processo longo que vai sendo construído paulatinamente a partir de uma série de agentes e agências oriundas da sociedade civil e política que financiam este percurso.

Na idade média a escola teve seu ofício e administração vinculada na Igreja Católica. Constata-se o emprego de uma dinâmica teocêntrica nos estudos.

A partir da idade moderna se percebe a formação de um sistema de autoridade em relação aos mestres diante dos alunos, a introdução de um regime disciplinar, o abandono de uma visão que permeava desde a idade média em relação a indiferença a idade, a introdução de procedimentos hierárquicos em relação ao controle do tempo em função das atividades dos alunos na escola e ainda a implantação dos currículos nas escolas. (NÓVOA, 1991, p.115)

Nota-se a partir da modernidade que o processo educativo sai das comunidades e das famílias para a instituição escolar. No século XVIII, constata-se um processo de estatização do ensino e das instituições que passam a ser administradas pelo Estado, uma vez que, na conjuntura

deste século o modelo educativo não atendia as necessidades econômicas dos modos de produção vigente e nem as demandas sociais. A educação começa aos poucos a passar por um processo de laicização.

A transição dos séculos XVIII e XIX denota uma profunda ruptura na educação tendo em vista a mudança da mentalidade do ser humano para com as questões relativas à moral que distancia o mesmo do aspecto religioso e de sua influência em nome do advento da revolução industrial e da consolidação do sistema capitalista no meio produtivo.

A educação começa a denotar um caráter de persuasão, tendo a escola apresentando uma conotação ideológica frente aos mecanismos adotados tanto para os alunos como para os docentes pelo Estado, tendo em vista o contexto econômico da época da defesa da propriedade privada e da economia de mercado.

O processo de ruptura com a educação religiosa é paulatino, tendo em vista que mesmo no século XVIII ocorre a manutenção dos modelos escolares que eram elaborados pela Igreja, tendo a formação de um novo corpo docente, que eram vigiados diretamente pelo Estado. (NÓVOA, 1991, p.118)

A atuação de professores leigos que aos poucos começam a usar do magistério como ofício principal no século XVIII, exercendo a mesma em muitos momentos em tempo integral. Nota-se que com o processo de estatização do ensino ocorre o estabelecimento de procedimentos em relação a seleção e de designação dos docentes a seus cargos exercidos.

Os professores se tornam funcionários do Estado, com direitos e deveres, onde a funcionalização torna-se um projeto sustentado tanto pelos docentes como o Estado. A máquina estatal cria diante destes casos uma licença ou ainda permissão para ensinar que se torna obrigatória.

A instituição desta licença ou desta permissão é uma etapa decisiva do processo de profissionalização da atividade docente, pois ela ratifica a opção pela profissionalização e permite uma progressiva autonomização do campo educacional. Este documento cria as condições necessárias para a elaboração de um cânon de competências técnicas, baseadas em critérios escolares, que servirá de base para o recrutamento dos docentes e, como corolário, para o esboço de uma carreira docente. (NÓVOA, 1991, p.122)

Outro ponto que merece destaque quanto à profissão docente consiste na formação de modelos de organização adotados por uma profunda estatização do ensino.

A profissão docente está ligada a finalidades e munida de uma profunda dimensão política e social, tendo em vista, que os professores são responsáveis por mensagens de cunho nacionais, sendo vistos pela perspectiva de integração e ainda autonomização.

O processo de profissionalização docente é indissociável em face do lugar que seus membros ocupam na relação de produção e ainda o ofício desenvolvido na lógica da manutenção da dinâmica social. Os professores respondem a uma necessidade social no parâmetro educacional e também a criam, tendo em vista os processos de escolarização.

A escola torna-se um espaço de luta no processo de profissionalização docente. Os professores assim como são funcionários do estado e ainda agentes de uma ordem social dominante, tornam-se esperança de uma possível mobilidade no seio social a qual estão inseridos.

No século XIX, existe uma relação diretamente proporcional no que tange quanto for maior a criação de escolas maior se torna o jogo político vigente, onde o controle da escola pelo Estado torna-se uma garantia ao mesmo de uma possível integração social e política.

Um ponto fundamental na profissionalização docente consistiu na formação de procedimentos de formação, por meio das escolas normais, que além de servir como desenvolvimento do ofício docente a possibilidade de uma melhoria social dos professores e ainda um controle maior do estado sobre a categoria docente. O século XIX exigiu uma inserção do docente ainda maior nas escolas normais e a extensão de seu currículo e nível acadêmico na sua formação para uma eventual atuação.

Ainda no século XIX, nota-se o papel da escola e de seu poder no processo de formação de agentes sociais por meio de regras próprias e hierarquias desenvolvidas pela ação de professores, denotando um caráter e traços sociológicos a profissão docente. Neste período se percebe a criação de escolas normais atrelado ao desenvolvimento da forma escolar e ainda a crença da noção da instrução vinculada à dinâmica do progresso. (NÓVOA, 1991, p.126)

Quanto à forma escolar, o seu uso necessita de uma análise sócio-histórica, por meio de uma historiografia das instituições e especificamente das instituições escolares. As instituições escolares correspondem a estados sociais particulares, o que justifica sua análise histórica. (VICENT; THIN, 2001, pp.9-10)

A forma escolar, portanto, não se trata apenas de um efeito, mas também uma participante direta da nova ordem em vigor. A forma escolar é possível ser identificada nas mudanças em estabelecimentos e instituições existentes como, por exemplo, os colégios.

A atuação do professor primário ganha e merece destaque nesta conjuntura frente ao desenvolvimento de seu ofício e ainda de uma notória feminização deste corpo docente. Constata-se um isolamento sociológico do professor primário e uma profunda solidariedade no interior da categoria e uma notória identidade profissional.

Por meio das mudanças sociológicas na categoria do professor primário, no século XIX ocorre a formação das primeiras associações profissionais a partir da tomada paulatina de consciência do corpo docente enquanto grupo e identidade profissional. Ainda no final de época nota-se a formação de sistemas educacionais nos países industrializados, tendo em vista a confiança que detinham na instrução.

No século XX os professores formavam um campo profissional formado em instituições acadêmicas notórias na época e ainda era organizada em poderosas associações que representavam a categoria.

A conjuntura da Belle Époque é importante na profissionalização docente tendo em vista a formação da noção da criança rei e ainda da construção pelos docentes de uma ciência pedagógica. O advento da primeira guerra mundial e os impactos sociais e políticos trazidos pelo conflito levaram a formação da educação nova como solução para os problemas oriundas da guerra.

A ascensão de regimes totalitários e da segunda guerra mundial colocaram em xeque as concepções da escola nova e ainda produziu uma queda de prestígio em relação aos professores do ensino primário. A crise da noção de progresso levará a um movimento de descolarização da sociedade. (NÓVOA, 1991, p.132)

A partir da trajetória da profissão docente apresentada, constata-se que a identidade e a cultura docente são formadas a partir de um processo de construção e reconstrução, não sendo um processo linear, frente aos mecanismos sociais e pedagógicos empregados pelos mesmos nas instituições escolares. A identidade docente perpassa a esfera individual adentrando ao campo coletivo a partir de sua prática, ofício e saberes ensinados.

Diante da profissionalização docente se percebe que a escola e a pedagogização do saber estão vinculados a relações sociais de aprendizagem por meio da constituição de saberes formalizados. O ofício e o saber exercido pelo docente na escola se fazem interiorizar pelos alunos que colocam os mesmos na prática a partir da escrita, denotando assim uma escolarização social das práticas de aprendizagem. (VICENT; THIN, 2001, pp.28-29)

A análise da profissão docente e de sua história não deve deixar de lado que o professor por meio de seu ofício torna-se um ator social, com possibilidade de ofertar pela prática exercida mobilidade e ascensão social para outras categorias.

## **O Campo Educacional Brasileiro**

A gênese do percurso da educação no Brasil e a influência do Estado no mesmo processo começa com a promulgação dos regimentos por D. João III em 1548 que serviu para orientar as ações do governador geral Tomé de Souza. Neste período ocorre a atuação da educação pelos jesuítas no país onde por meio dos regimentos existia uma gama de orientações que os mesmos deveriam seguir, com a coroa mantendo o ensino e o rei enviando as verbas necessárias para a manutenção dos jesuítas ao invés das construções para o desenvolvimento da educação no Brasil. (SAVIANI, 2014, 77)

No ano de 1564 os impostos arrecadados eram voltados à educação jesuítica, onde mesmo a educação sendo financiada por meio de recursos públicos, a presença do controle da ordem dos jesuítas na dimensão material e pedagógica tencionava para uma dimensão privada.

Entretanto, se o ensino então ministrado pelos jesuítas podia ser considerado público por ser mantido com recursos públicos e pelo seu caráter de ensino coletivo, ele não preenchia os demais critérios já que as condições tanto materiais como pedagógicas, isto é, os prédios assim como sua infraestrutura, os agentes, as diretrizes pedagógicas, os componentes curriculares, as normas disciplinares e os mecanismos de avaliação encontravam-se sob controle da ordem dos jesuítas, portanto, sob domínio privado. (SAVIANI, 2014, p.78)

Com as reformas pombalinas e a eventual expulsão dos jesuítas em 1759, ocorre a formação no país das aulas régias e o fim dos colégios jesuítas. Configura-se assim a formação de uma educação pública estatal, influenciada pelas ideias do iluminismo.

As aulas régias correspondem ao que seria atualmente o ensino secundário, sendo o Estado responsável pelo pagamento do salário do professor, enquanto o mesmo detinha a função das condições materiais relativas ao local de ensino, carecendo na maioria das vezes de infraestrutura nas localidades de ensino.

Na conjuntura política do século XIX, no Brasil, em 1827 ocorre a formação da lei das escolas de primeiras letras. No ano de 1834, por meio do ato adicional, denota-se ao alocar do ensino primário sob a jurisdição das províncias no país, medida esta que desobrigava o Estado de cuidar desse ensino (SAVIANI, 2014, p.79). Diante do fato apresentado anteriormente, o Estado não cumpria o seu dever em matéria de educação.

A atuação dos docentes no país intensificam-se na conjuntura da década de 1920, período este marcado pela criação da Associação Brasileira de Educação por Heitor Lyra, onde Armanda Álvaro Alberto, exerceu destaque atuando na Seção de Cooperação da Família.

A Associação Brasileira de Educação que foi criada em 1924, tinha como objetivo solucionar os problemas do país sejam eles em níveis econômicos, políticos ou culturais por meio da educação. A instituição foi responsável em criar Conferências Nacionais de Educação pelo país.

O primeiro manifesto apresentado no século XX pelos educadores, consistiu no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932, que estabeleceu uma defesa da ciência na educação uma articulação no processo de profissionalização docente no Brasil. (XAVIER, 2003, p.13)

A defesa do manifesto dos pioneiros da escola nova consistiu em denotar que o Estado chamasse sua responsabilidade no processo de universalização do ensino público, assim como estabelecendo um pilar na sua gama de defesa que foi o ensino público, frente a uma escola que deveria ser leiga, gratuita e sob a responsabilidade e o financiamento da máquina estatal.

No manifesto de 1932, a reconstrução educacional – leia-se, a organização de um sistema nacional de ensino calcado na escola pública, leiga, gratuita e sob a responsabilidade do Estado – apresenta-se como o meio através do qual se promoveria a reforma moral da sociedade, criando uma mentalidade democrática que, irradiada pelos mestres nas escolas, se difundiria pela família e demais espaços de sociabilidade. (XAVIER, 2003, p.14)

A partir do conceito de Estado apresentado por LENIN (1980), apropria-se do mesmo no sentido de perceber a máquina burocrática estatal que exerce coerção, coação e munido de um intenso simbolismo em suas práticas exerceu ao longo do percurso da história da educação brasileira profunda influência em meio às relações de poder envolvendo os educadores que defendiam um ensino laico em oposição ao religioso por meio dos intelectuais católicos na educação.

De acordo com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, nota-se uma real articulação envolvendo a escola com a esfera pública. A educação pública tangenciava a uma eventual universalização dos alunos na escola, sendo a mesma única e igual para todos que a usufruam. Constata-se a presença das ideias advindas da Europa da Escola Nova estavam empregados no manifesto, como as noções de autonomia, respeito, liberdade, solidariedade, consciência crítica e científica e deveriam os mesmos serem perpassados na escola.

O papel do docente por meio do manifesto dos pioneiros da escola nova é defendido por Anísio Teixeira, tendo em vista que o educador deveria ser um agente ativo e o Estado uma válvula para o financiamento da educação pelo país. O advento da república formou a necessidade de uma educação para a massa dos cidadãos. (FERNANDES, 1989, p.162)

O percurso da história da educação no Brasil e a reorganização do seu campo, trás a tona a atuação de Fernando de Azevedo não apenas enquanto redator do manifesto dos pioneiros da escola nova. A matriz azevediana é de extrema importância da década de 1940 com a criação da obra *A Cultura Brasileira* em 1943, que buscava ofertar e entender pela educação uma cultura política e uma eventual identidade brasileira.

Os anos de 1930 são marcados na educação um caráter centralizador, onde a mesma teria a função de criar cidadãos ou ainda reproduzir e modernizar as elites atuantes no país, apresentando-



se como solução para os problemas econômicos e políticos do Brasil. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p.13)

Em muitos momentos as políticas públicas educacionais apresentavam um discurso de construção nacional, onde as propostas evidenciavam o fortalecimento do Estado e sua centralidade.

Discursos abrangentes que sustentavam propostas de reformas na economia e na política, e para as quais a educação da população brasileira era considerada patamar fundamental. Foi o que ocorreu no período de 1930 a 1937 e no desenrolar do Estado Novo, nos anos de construção do regime militar, entre 1964 e a crise econômica que caracterizou o fim do 'milagre'. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p.12)

A luta pela obrigatoriedade da educação no país torna-se densa neste período, onde por meio da Constituição de 1934, o direito a educação está vinculado a sua gratuidade e ainda obrigatoriedade. A mesma constituição chama a responsabilidade do papel da família no âmbito educacional e dos poderes públicos frente a seu financiamento.

O texto definitivo a Constituição de 1934 consagrará o princípio do direito à educação, que 'deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos' (Art.149) e o princípio de obrigatoriedade, incluindo entre as normas a serem obedecidas na elaboração do plano nacional de educação, o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos, e a tendência à gratuidade do ensino ulterior ao primário. (HORTA; VIDAL; SILVA, 2003, p.384)

No ano de 1946, outra ação empreendida pela educação pública no país pelos educadores consistiu na Carta Brasileira de Educação Democrática defendendo o despertar da consciência pela liberdade, o desenvolver da fé comum em função dos valores democráticos, a importância do ensino das ciências e o senso crítico e ainda experimental na busca da construção do conhecimento no espaço escolar.

A conjuntura histórica da década de 1940 exerceu profunda influência na formação do presente manifesto, tendo em vista os impactos causados pela segunda guerra mundial, a revisão da crença da ciência como noção de progresso a expectativa da reorganização em todas as esferas do país tendo em vista o término do Estado Novo Vargasista.

No tocante ao Estado Novo, sua profunda centralização acarretou numa defesa da descentralização política e ainda administrativa no tocante ao processo de reavaliação do papel do Estado no financiamento educacional.

Cabe salientar que a Carta Brasileira de Educação Democrática buscou formar uma unidade em relação às diretrizes por intermédio de uma política de abrangência nacional para a educação, uma eventual flexibilidade de cursos. Por meio da carta existia uma defesa em relação ao respeito às diferenças individuais e ainda a criação de escolas normais rurais e das colônias escolas.

Outro ponto de defesa da Carta consistiu na formação de um modelo que reconhecesse a diversidade regional no Brasil e que os mecanismos políticos, sociais e empregados na escola

levassem em conta a dimensão da região em sua prática. Nota-se o reconhecimento da importância da formação democrática dos docentes, assim como que a educação estivesse atrelada a cooperação internacional. (XAVIER, 2003, p.18)

Ainda na década de 1940, o debate sobre a obrigatoriedade no ensino primário se mantém como na década anterior. Com a Constituição de 1946, ratifica-se o direito de todos a educação, assim como a obrigatoriedade do ensino primário e gratuidade do ensino oficial ulterior ao primário. A constituição de 1946 não explicitará em sua composição que a educação é um dever do Estado (HORTA; VIDAL; SILVA; 2003 p.385).

Quanto à obrigatoriedade escolar na década de 1940 os princípios norteadores da educação pública apresentados na Constituição de 1946, estarão presentes na Lei Orgânica do Ensino Primário e também nas constituições estaduais que incorporam o princípio da obrigatoriedade escolar e sua eventual extensão para os adultos (HORTA, VIDAL, SILVA, 2003, p. 386).

No ano de 1959 ocorre a formação do manifesto Mais uma Vez Convocados que era uma reedição do manifesto dos pioneiros da escola nova em 1932. Por intermédio do mesmo existia uma defesa da necessidade de garantia do caráter público da educação que deveria criar instituições que funcionassem como instrumentos da democracia brasileira.

### **Considerações Finais**

O presente ensaio procurou apresentar a trajetória da profissionalização docente entrecruzando o percurso com a Escola Regional de Meriti, instituição está em estudo.

A história da profissão docente marca um percurso que vai sendo construído paulatinamente, entrecruzando relações de força entre o Estado e a categoria. Conforme destacamos na idade média a Igreja detinha um controle do processo educativo por meio de uma ideologia teocêntrica. Com o advento da revolução francesa e a consolidação da revolução industrial constata-se uma laicização do ensino e os docentes tornado-se funcionários públicos.

A profissão docente tornou-se uma válvula de controle e coerção ideológica pela máquina estatal. Diante deste processo não se pode desmerecer a dimensão de lugar e cotidiano, tendo em vista as práticas exercidas pelos professores na escola, desenvolvendo discursos e mecanismos políticos, sociais e pedagógicos que irão permear sua conduta dentro da escola e da sociedade, influenciando os alunos e outros membros oriundos da sociedade civil.

A atuação docente no país constata-se a presença de lutas e ações em prol da educação pública no país. Diante da esfera política do governo Vargas, se percebe a presença do manifesto

dos pioneiros da escola nova como forma de defesa de uma educação pública, gratuita e universal, que chama a responsabilidade do estado ao seu financiamento.

O presente trabalho permite perceber que a trajetória da profissão docente consiste num espaço de luta pelo reconhecimento da profissão pelo Estado e a sociedade, criando ainda mecanismos em prol do ofício exercido e da burocratização do mesmo diante das negociações diante do estado. O estudo permite constatar o caráter de transmissão cultural da educação pelo ofício e saber exercido pelo professor dentro do campo escolar.

O embate de políticas educacionais públicas diante da pressão exercida pelos docentes na década de 1930 levou ainda a interlocuções envolvendo agentes e agência da sociedade civil e política pela obrigatoriedade do ensino sendo o mesmo conotado frente a constituição de 1934 e 1946.

Outra confluência em prol do ensino público consistiu conforme apresentado foi a Carta Brasileira de Educação Democrática visando o reconhecimento da dimensão do regional no ensino e que o mesmo abarcasse mecanismos pedagógicos e sociais frente a sua aplicabilidade na prática.

No manifesto do mais uma vez convocados constatou-se a manutenção da pauta em defesa da educação pública no país, revigorando a defesa de que o Estado deveria criar instituições como instrumentos da democracia brasileira.

### **Referências Bibliográficas**

FALCÃO, M. **O Cotidiano da vida cotidiana: base necessária à prática social**. In: NETTO, J.P.; FALCÃO. Cotidiano: Conhecimento e Crítica. São Paulo, 1987.

FERNANDES, F.A. **A formação política e o trabalho do professor**. In: FERNANDES, F. **Desafio Educacional**. São Paulo: Cortez editora, 1989.

HORTA, J. s. **Direito à educação, obrigatoriedade escolar e extensão da escolaridade**. In: VIDAL, Diana, Sá, Elisabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da (ORGS.). **Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2013.

LENIN, V.I. **A questão do Estado**. In: LENIN, V.I. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

MIGNOT, Ana Chrystina. **Baú de Memórias, Bastidores de Histórias: O Legado Pioneiro de Armanda Álvaro Alberto**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

NÓVOA, A. **“Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente.”** Teoria e Educação, n.4, 1991.

SANTOS, Júlio Cesar Paixão. **Cuidando do corpo e do Espírito num Sertão Próximo: A Experiência e o Exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2008.

SAVIANI, D. **O direito à educação**. SAVIANI, D. O Lunar de Sepé. Paixão, dilemas e perspectiva na educação. Campinas: Autores Associados, 2014.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, o. **Introdução**. In: SHIROMA, E. O.; MORAES, M.C.M.; EVANGELISTA. Política Educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, Vilma Correa Amancio Da. **Um Caminho Inovador: O Projeto Educacional da Escola Regional de Merity. (1921-1937)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

VINCENT, G., L., B. & THIN, D. **Sobre a História e a Teoria da Forma Escolar**. Educação em Revista. Dossiê: Trabalho e Educação. Revista da Faculdade de Educação da UFMG, 33, junho 2001.

XAVIER, L.N. **Manifestos, cartas, educação e democracia**. GONDRA, José G. MAGALDI, Ana Maria. (Org). A Reorganização do Campo Educacional no Brasil. Manifestações, manifestos e manifestantes. Rio de Janeiro:7 Letras, 2003.